

PROCESSO: 2024-91

UNIDADE DEMANDANTE: ESJUD - Escola do Poder Judiciário

ASSUNTO: Contratação de Serviços [Dispensa Licitação]

JUSTIFICATIVA

Trata-se de processo administrativa que visa a contratação dos formadores/tutores Thiago Aleuia Ferreira de Oliveira, Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior, Aline Macohin, Esdras Silva Benchimol e Leo Perazzo Júnior para atuarem no curso de Tomada de Decisão e Tecnologia, no período de de 17 a 05 de julho de 2024, previsto no calendário acadêmico da ESJUD/2024, para magistrados e assessores do TJAC, na modalidade a distância.

Conforme se obtém destes autos, o presente procedimento visa a contratação de pessoas físicas para execução de serviço técnico profissional especializado de treinamento e aperfeiçoamento pessoal, nos termos do art 74, Inciso III da Lei 14.133/2021, cuja natureza singular exercida por profissional de notória especialização, torna-se inviável a competição.

Nesse sentido, estabelece a referida Lei:

"Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comerciais exclusivos; II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública; III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação."

Ainda, sobre a possibilidade de contratação de serviço técnico especializado sem licitação, com a participação de notório especialista, o Supremo Tribunal Federal já teve a oportunidade de se manifestar, conforme transcrevemos:

"Serviços técnicos profissionais especializados" são serviços que a Administração deve contratar sem licitação, escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, Administração, deposite na especialização desse contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração em quem deseje contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços - procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo - é incompatível com a atribuição de exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do "trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato". O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança. Há, no caso concreto, requisitos suficientes para o seu enquadramento em situação na qual não incide o dever de licitar, ou seja, de inexigibilidade de licitação: os profissionais contratados possuem notória especialização, comprovada nos autos, além de

desfrutarem da confiança da Administração. Ação Penal que se julga improcedente. (AP 348, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 15/12/2006, DJe-072 DIVULG 02-08-2007 PUBLIC 03-08-2007 DJ 03-08-2007 PP00030 EMENT VOL-02283-01 PP-00058 LEXSTF v. 29, n. 344, 2007, p. 305-322)"

Assim justifica-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação dos formadores/tutores Thiago Aleluia Ferreira de Oliveira, Rosivaldo Toscano dos Santos Júnior, Aline Macohin, Esdras Silva Benchimol e Leo Perazzo Júnior para atuarem no curso de Tomada de Decisão e Tecnologia, no período de de 17 a 05 de julho de 2024, previsto no calendário acadêmico da ESJUD/2024, para magistrados e assessores do TJAC, na modalidade a distância, com carga horária total de 40 h/a, no valor total R\$ 9.840,00 (Nove mil, oitocentos e quarenta reais).



Documento assinado eletronicamente por **HÉLIO OLIVEIRA DE CARVALHO, Gerente de Contratação** em 12/06/2024 às 17:09:27.



Para conferir a autenticidade do documento, utilize um leitor de QRCode ou acesse o endereço <http://appgrp.tjac.jus.br/grp/acessoexterno/programaAcessoExterno.faces?codigo=670270> e informe a chancela **INOK.UEOD.QP72.QWYF**